

IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – A.E.E. NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE – RN

Márcia Cristina Barragan Moraes Toledo ¹
Sanielle Katarine Rolim de Oliveira ²

RESUMO

A inclusão implica em criar mecanismos para que todos tenham acesso a aprendizagem, isto é, criar estratégias para atender a diversidade na sala de aula evitando assim a evasão escolar uma vez que acreditamos que a Educação é o caminho para o indivíduo sair da exclusão. Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo apresentar a criação do Atendimento Educacional Especializado – A.E.E. vinculado à Secretaria Municipal da Educação do município de Monte Alegre – RN. O município possui aproximadamente 23.000 habitantes e a rede municipal atende, aproximadamente, 4.300 estudantes na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, no total de 27 escolas. A implantação do A.E.E. foi pensada a partir de quatro eixos organizados pela equipe multiprofissional: montagem da sala de recursos multifuncionais; atendimentos educacionais especializados aos estudantes; atendimentos e orientações aos pais e, ou responsáveis dos estudantes com deficiências ou distúrbios de aprendizagem e a formação continuada de tutores - profissionais da educação que acompanham os estudantes em sala de aula - e professores para os atendimentos aos estudantes. Para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, entendemos que o professor necessita do domínio das habilidades de mediar, eticamente, a presença do aluno especial com os demais, criar e planejar práticas pedagógicas e avaliativas que desenvolvam capacidades e que sustentem a permanência e promoção desses estudantes na escola. A criação do A.E.E. na rede municipal foi iniciada no ano letivo de 2023 com o número inicial de 48 discentes matriculados na Educação Especial. Findamos o ano letivo com mais de 120 alunos que estão em acompanhamento e todos possuem laudos definitivos ou laudos em investigação. Acreditamos que tal aumento se deu pelo fato de que as famílias encontraram orientações e apoio na rede escolar com o Atendimento Educacional Especializado.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial, Educação Pública Municipal, Monte Alegre-RN.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), o atendimento escolar para alunos com necessidades educacionais tem se estruturado com base na integração escolar. Há que se esclarecer, entretanto, que o princípio da integração escolar era o de, simplesmente, aproximar pessoas com algum tipo de deficiência a se aproximar de uma vida social em que as crianças e adolescentes deficientes pudessem conviver entre as outras crianças e adolescentes não deficientes. E o que se espera de uma escola democrática é que ela seja efetivamente um espaço de aprendizagem para todos. Daí deriva o real sentido da inclusão escolar.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE - SP, marciamoraestoledo08@gmail.com;

² Mestre em Educação pelo Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte – IFRN – RN, saniellek@gmail.com;

E assim, desde a Constituição Federal de 1988, no artigo 205 (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases no. 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara da Educação Básica de 2001 (BRASIL, 2001) e o Plano Nacional da Educação - Meta 04 de 2004 (BRASIL, 2004) que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica legitimam, de certa forma, a Educação Especial Inclusiva. Na prática, as instituições escolas carecem ainda de articulações legislativas, orçamentárias e de profissionais preparados para garantir, não só a matrícula desse alunado nas classes regulares, mas sua permanência e formação na escola.

Tendo em vista o aumento, nos últimos anos, das matrículas na Educação Especial da Rede Municipal de Educação do município de Monte Alegre – RN se fez urgente a criação de um projeto para que em um futuro próximo seja criado o Centro de Educação Especial Inclusiva. E, assim, para a estruturação de uma adequada proposta administrativa-pedagógica que atenda e favoreça a aprendizagem dessa demanda implantamos a Sala de Recursos Multifuncionais e outras ações sugeridas no projeto em construção.

No entanto, nosso relato parte do final do ano letivo de 2022 cujo levantamento foi de 48 estudantes matriculados na Educação Especial da rede municipal que apresentavam alguma deficiência e, ou transtorno de aprendizagem. Na ocasião, apesar do suporte das auxiliares de classe e do comprometimento do trabalho dos docentes, não havia ainda uma estruturação e sistematização do Atendimento Educacional Especializado – A.E.E. Para o ano letivo de 2023, contávamos na equipe com uma psicóloga escolar, uma assistente social e uma professora de atendimento educacional especializado para iniciarmos os atendimentos e como infraestrutura, uma sala na própria sede da Secretaria Municipal de Educação localizada no centro de Monte Alegre.

Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo apresentar a criação do Atendimento Educacional Especializado – A.E.E vinculado à Secretaria Municipal da Educação do município de Monte Alegre – RN. A implantação do A.E.E. foi pensada a partir de quatro eixos organizados pela equipe multiprofissional: montagem da sala de recursos multifuncionais; atendimentos educacionais especializados aos estudantes; atendimentos e orientações aos pais e, ou responsáveis dos estudantes com deficiências e, ou distúrbios de aprendizagem e a formação continuada de tutores - profissionais da educação que acompanham os estudantes em sala de aula - e professores para os atendimentos aos estudantes.

Se não é o maior desafio, mas de grande importância para a concretização da escola inclusiva, é a formação continuada de profissionais da educação preparados para o atendimento de alunos com necessidades especiais. Embora prevista pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), a

formação de professores com especialização adequada nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e demais licenciaturas na Educação Superior deixa a desejar, tanto no que se refere à quantidade de professores com essa formação ou à qualidade do atendimento oferecido. Muitos professores ainda não tiveram acesso aos conhecimentos teóricos ou práticos sobre o assunto e recebem os alunos da Educação Especial totalmente despreparados para o processo de ensino e aprendizagem de forma inclusiva.

Para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, o professor precisa dominar as habilidades de mediar, eticamente, a presença do aluno especial com os demais, criar e planejar práticas pedagógicas e avaliativas que desenvolvam suas capacidades e que sustentem a permanência e promoção na escola evitando a evasão escolar.

O município de Monte Alegre, situado no estado do Rio Grande do Norte possui aproximadamente 23.000 habitantes e a rede municipal atende, aproximadamente, 4.300 estudantes matriculados na Educação Infantil, no Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais e na Educação de Jovens e Adultos – EJA, somando o total de 27 escolas na Zona Urbana e Zona Rural.

A implantação do A.E.E. na rede municipal foi iniciada no ano letivo de 2023, com o número inicial de 75 discentes matriculados na Educação Especial. Findamos o ano letivo de 2023 com mais de 120 alunos, e atualmente no ano de 2024 temos mais de 170 estudantes matriculados que apresentaram seus laudos definitivos ou provisórios – crianças ou adolescentes em investigação. Acreditamos que tal aumento se deva ao fato de que as famílias encontraram orientações e apoio na rede escolar com o Atendimento Educacional Especializado.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com ênfase nas fontes de educação que permeiam a estruturação da educação especial e inclusiva. Também foram considerados os indicadores disponíveis em instituições governamentais que oficialmente divulgam dados da educação no Brasil.

Salienta-se que, a temática construída exigiu uma aproximação com o materialismo histórico-dialético, e como propõe Frigotto:

(...) o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e

transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 2001, p. 81).

Sendo assim, é nessa perspectiva metodológica que acreditamos que quando temos conhecimento de um problema social, nesse caso sabemos que ainda há muita dificuldade da inclusão de estudantes com deficiência e, ou transtornos de aprendizagem nas salas de aula em todas as instituições públicas brasileiras, mas que podemos transformar a crítica em ação e a ação em resultados positivos.

O município possui aproximadamente 23.000 habitantes e a rede municipal atende, aproximadamente, 4.300 estudantes na Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais - e Educação de Jovens e Adultos – EJA, no total de 27 escolas. No ano letivo de 2023 tínhamos 120 estudantes com deficiências, e ou transtornos de aprendizagem em um percentual de quase 200 por cento no aumento de estudantes atípicos em relação ao ano anterior.

Para dar início a implantação e sistematização do A.E.E., assim como já descrevemos anteriormente, havia a disponibilidade de uma sala de atendimento na sede da Secretaria de Educação, no centro de Monte Alegre-RN, uma pequena equipe e o projeto, cuja implantação foi pensada a partir de 4 eixos:

Eixo 1 – Montagem da Sala de Recursos Multifuncionais

- Levantamento de móveis e demais complementos estruturais para a montagem da sala para os atendimentos.
- O *layout* da Sala de Recursos Multifuncionais para atendimentos as crianças e adolescentes.
- Os recursos e materiais pedagógicos existentes para os atendimentos.
- Organização dos formulários para encaminhamentos, termos de ciência e registros de atendimentos.
- Protocolos de encaminhamentos e de atendimentos.
- Agenda para os atendimentos individuais ou em grupos de acordo com a idade da criança e segundo a deficiência e, ou transtorno apresentado no laudo.

Eixo 2 – Atendimentos educacionais especializados aos estudantes

- Levantamento dos dados atuais dos laudos existentes dentre as vinte e sete unidades educacionais para levantamento das prioridades e organização dos atendimentos.
- Realização do atendimento educacional especializado aos alunos com laudos definitivos e provisórios.

- Orientação à equipe de coordenação pedagógica para a realização de encaminhamentos necessários à sala de Recursos Multifuncionais para triagem de avaliações e demais triagens para futuras investigações.

Eixo 3 – atendimentos e orientações aos pais e, ou responsáveis dos estudantes com deficiências ou distúrbios de aprendizagem

- Convocação, prioritariamente aos pais e, ou responsáveis dos estudantes que possuem laudos e acompanhamentos médicos ou de especialistas, a fim de orientá-los sobre o funcionamento do apoio da Sala de Recursos Multifuncionais.
- Convocação aos pais e responsáveis dos estudantes que foram encaminhados pelas unidades escolares com o devido relatório da(s) professora(s) e a ciência da Coordenação Pedagógica.
- Conscientização aos pais e, ou responsáveis sobre a importância da triagem aos alunos que ainda não possuem laudo, mas que foram sinalizados com dificuldades de aprendizagem ou problemas comportamentais que afetam o processo de ensino e aprendizagem da criança, do adolescente ou do jovem adulto.

Eixo 4 – Formação continuada de tutores³ e professores para o atendimento aos estudantes em sala de aula

- Capacitação de professores, auxiliares e gestores da Rede Municipal de Ensino com relação aos possíveis Transtornos, Distúrbios ou Dificuldades de Aprendizagem.
- Realização das orientações individuais e em grupos aos tutores que acompanham alunos com deficiências e, ou transtornos.
- Atendimentos aos professores e tutores com relação as demandas específicas para orientações as práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula.
- Promoção das oficinas de práticas pedagógicas para alunos com deficiências, transtornos e, ou distúrbios durante as semanas pedagógicas de Rede Municipal de Educação de Monte Alegre- RN.

REFERENCIAL TEÓRICO

³ O significado dado a tutores está relacionado ao profissional ou estudante experiente que acompanhará a criança ou adolescente com deficiência fornecendo suporte de forma humanizada e personalizada ao aluno, dedicando-se à melhor experiência e a qualidade do aprendizado.

No Brasil, o atendimento escolar destinado as crianças com deficiências tiveram seu início em 1850. Nesta data, foi criado o primeiro instituto para meninos cegos, tendo um apoio especial de José Álvares de Azevedo, um cego brasileiro, que ao estudar em uma escola para meninos cegos em Paris teve a brilhante ideia de implantá-lo no Brasil.

Com a queda do Império e a ascensão da República, o instituto sofreu mudanças passando a oferecer aos meninos e, também, as meninas um ensino profissionalizante.

Na década de 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino que atendiam de certa maneira pessoas com deficiência intelectual e outros quatorze, atendiam crianças com outros tipos de deficiências.

No segundo período, entre os anos de 1957 à 1993, o atendimento educacional à criança com deficiência foi assumido pelo governo federal, que ao longo dos anos instituiu novas diretrizes e criou novas instituições.

Apesar das instituições governamentais possuírem um grande peso na história da Educação Especial no Brasil, o grupo de pais das crianças também lutaram e auxiliaram na mudança do atendimento a elas ao longo dos anos. Um exemplo muito vivo são as APAES – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, organizadas e administradas por pais que visavam o bem estar de seus filhos, acreditando que a educação era o caminho certo a ser seguido. (MAZZOTTA, 2003)

Não temos dúvidas de que a educação é o caminho para as crianças atípicas, porém, hoje temos outra visão a respeito das escolas especiais que, em sua maioria, segregavam os alunos, não realizando uma educação inclusiva. Isso se torna mais claro no embasamento dos autores abaixo quando afirmam que:

(...)estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos, com e sem deficiência, deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem – como é próprio das escolas especiais. (Mantoan, Prieto, Arantes, 2006, p. 56)

Na perspectiva da legislação educacional brasileira e de políticas públicas de educação especial e inclusão, a pesquisa está pautada a partir da Constituição Federal (BRASIL,1988), Estatuto da Criança e do adolescente – ECA (Brasil, 1990), da Declaração Mundial de Educação para Todos – Conferência da Tailândia (BRASIL, 1990), Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), da Política Nacional para a Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

(BRASIL, 2015) entre outros, programas, leis e decretos com referência à Educação Especial Inclusiva.

O Direito à educação, garantido pela Lei Maior e regulamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente, na difícil tarefa de acesso à educação, sobretudo na Educação Infantil e Ensino Fundamental, quando esses estudantes deveriam ser preparados não apenas para o ingresso no Ensino Médio, mas conforme princípios constitucionais, terem uma formação de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana. Essa assertiva deriva-se da Constituição Federal quando preceitua que: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, conforme preceitua o art. 205 (BRASIL, 1988).

Já o art. 227, da C.F. de 1988, doutrina a proteção integral e prioridade absoluta de políticas públicas eficazes na área da infância e da juventude, concebendo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assegurado também pelo ECA em seu art. 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assegurando-lhe igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

As políticas e ações utilizadas pelo Brasil desde a década de 1990 devem ser compreendidas na consideração do panorama apresentado a partir das leis, acordos e diretrizes mencionados acima. Temos como exemplo, a organização da Conferência Mundial de Educação para Todos, de 1990, promovida pela UNESCO e pelo Banco Mundial. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), explicita a intenção da UNESCO em disseminar ideias que direcionem os países na elaboração de políticas coerentes as suas proposições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos resultados e discussão, retomamos nosso objetivo principal que foi apresentar a criação do Atendimento Educacional Especializado – A.E.E vinculado à Secretaria Municipal da Educação do município de Monte Alegre – RN. Como dissemos anteriormente, a implantação do A.E.E. foi considerada a partir de quatro eixos organizados pela equipe multiprofissional: montagem da sala de recursos multifuncionais; atendimentos educacionais

especializados aos estudantes; atendimentos e orientações aos pais e, ou responsáveis dos estudantes com deficiências e, ou distúrbios de aprendizagem e a formação continuada de tutores - profissionais da educação que acompanham os estudantes em sala de aula - e professores para os atendimentos aos estudantes.

Desse modo, apresentamos a partir de cada eixo estipulado, os trabalhos desenvolvidos ao longo da nossa trajetória durante esse período:

Eixo 1 – Montagem da Sala de Recursos Multifuncionais;

Na sala, temos dois computadores de mesa completos com suas respectivas impressoras perfazendo o total de 3 mesas de apoio, um armário arquivo para o armazenamento dos prontuários, documentos e formulários de atendimentos aos estudantes, um armário para o armazenamento dos materiais lúdicos, recursos para os atendimentos e demais materiais de papelaria. Esse espaço funciona como parte administrativa do A.E.E. Pois, dividimos a sala em dois ambientes, sendo o primeiro ambiente para os atendimentos aos discentes que está equipado com uma mesa redonda e quatro cadeiras – modelo escritório – e dois armários baixos para a acomodação dos jogos educativos, livros literários infantis e juvenis e demais materiais de apoio para os atendimentos. Esse espaço também é utilizado para as reuniões com os pais, e ou responsáveis, com os gestores das escolas e tutoras, de forma individual, para orientações e discussão de práticas pedagógicas.

Além do espaço da sala, dispomos de um pequeno auditório localizado na sede da Secretaria de Educação Municipal de Monte Alegre-RN que acomoda até 40 pessoas para os encontros de formação continuada que, periodicamente, oferecemos aos tutores, gestores e professores.

Eixo 2 – Atendimentos educacionais especializados aos estudantes

Os atendimentos educacionais especializados aos estudantes são realizados no contraturno do período em que o aluno está matriculado, agendado previamente com a família. A duração de cada atendimento realizado quinzenalmente é de 30 à 40 minutos, de forma individualizada ou em grupo - quando o aluno já foi acompanhado de forma individual. Os atendimentos são realizados pelas professoras de atendimento educacional especializado que no presente momento dispomos de três profissionais com formações específicas na Educação Especial Inclusiva.

Faz-se necessário esclarecer que a equipe, no presente ano letivo, é composta por uma psicóloga escolar, três professoras de atendimento educacional especializado e três assistentes sociais da área educacional.

Atualmente, dispomos de um protocolo de atendimento a seguir de acordo com a demanda iniciada a partir das observações dos docentes. O professor ao observar comportamentos ou dificuldades de aprendizagem do aluno, organiza um relatório especificando as questões pedagógicas observadas em sala de aula. Juntamente com a gestão da unidade escolar, o docente convoca os pais para uma reunião e faz as orientações necessárias entregando o relatório. Os responsáveis devem procurar o apoio de outras assistências para que possam ser orientados quanto as triagens de outros profissionais especialistas ou mesmo de exames clínicos para possível investigação e, ou conclusão do laudo.

Eixo 3 – atendimentos e orientações aos pais e, ou responsáveis dos estudantes com deficiências ou distúrbios de aprendizagem

Desde o princípio da implantação do atendimento educacional especializado, destacamos a importância de a equipe permanecer próxima aos pais dos discentes da Educação Especial. Para tanto, iniciamos o período de matrículas desses alunos de forma prioritária, a partir do início de novembro, ou seja, antes das matrículas dos alunos típicos de cada ano letivo e são realizadas na própria sala de atendimentos. As matrículas são realizadas de forma individual em uma entrevista de anamnese para atualização dos dados pessoais, de medicação, de desenvolvimento apresentado e de profissionais que estão acompanhando os estudantes.

No ano letivo de 2023, realizamos encontros de acolhimento aos pais dos estudantes da Educação Especial por entendermos que é necessário apoio e orientações aos pais, e ou responsáveis. A psicóloga da equipe acompanhou grupos de pais, de acordo com as idades e anos escolares, em um diálogo cujo tema foi “Cuidar de quem cuida...”, momentos em que a profissional não somente orientou os pais. Mas, também, escutou as angústias e as dúvidas dos pais que necessitam de um tempo maior para aceitação dos fatos em ter uma criança atípica ou não saber lidar com determinados comportamentos das crianças e, ou adolescentes.

Eixo 4 – Formação continuada de tutores e professores para o atendimento aos estudantes em sala de aula

É importante salientar que a Secretaria Municipal de Educação realiza, semestralmente, a Jornada Pedagógica cuja proposta é levar palestras e oficinas focadas em temas educacionais e práticas pedagógicas aos gestores, docentes, auxiliares de sala e tutores. E desde a implantação

do A.E.E. temos reservado um espaço para temas pertinentes à Educação Especial Inclusiva, com foco em oficinas com grupos menores para a abertura ao diálogo.

Além disso, oferecemos durante os anos letivos, mais três encontros específicos para os tutores por compreendermos de que são os profissionais que mais necessitam de formação continuada, uma vez que não tem somente a função de acompanhante e sim, também, de mediação entre o docente e o processo de ensino e aprendizagem.

Concomitante aos atendimentos educacionais especializados, oferecemos um espaço de plantão para que os tutores possam tirar suas dúvidas, trazer suas queixas e organizarmos novas estratégias pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação do Centro de Referência em Educação Especial e Inclusiva – CREEI vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município de Monte Alegre – RN, que é o que almejamos num futuro próximo, visamos alcançar a excelência na Educação Especial Inclusiva. No entanto, durante esse período de funcionamento, com os atendimentos educacionais especializados realizados na sala de recursos multifuncionais, temos apresentado resultados satisfatórios e positivos procurando alcançar a qualidade de aprendizagem segundo as habilidades e competências dos alunos atípicos, sem desconsiderar a subjetividade de cada aluno e de cada família.

Na finalidade das formações continuadas referente a Educação Especial Inclusiva que é oferecida a todos os profissionais da educação do município de Monte Alegre – RN, esperamos uma prática educativa mais eficaz na sala de aula a fim de garantir o avanço na aprendizagem do aluno, como também a sua permanência durante a Educação Básica. E, temos presenciado e verificado os avanços no que se refere a uma prática educativa inclusiva, quando os docentes apresentam atividades e avaliações adaptadas mediadas pelos tutores em sala de aula.

Cabe destacar que o A.E.E. que funciona, prioritariamente, no prédio da Secretaria Municipal de Educação de Monte Alegre – RN tem a intenção de expandir a implantação e o funcionamento de Salas de Recursos Multifuncionais para as demais unidades escolares em um futuro próximo. Assim como, há a proposta do Centro de Referência em Educação Especial e Inclusiva – CREEI funcionar em um espaço próprio com uma infraestrutura de salas ambientes, ampliando os serviços a serem oferecidos com uma equipe multidisciplinar.

O nosso principal intuito em disseminar o presente trabalho é de que sirva de motivação para que outras secretarias e, ou instituições escolares possam dar o passo inicial rumo a sistematização do Atendimento Educacional Especializado – A.E.E.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 02 mar. 2024.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente** – ECA. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 03 mar. 2024.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 01 abr. 2024.

_____. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> . Acesso em: 01 abr. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf> . Acesso em: 01 abr. 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, política e prática em educação especial. Conferência Mundial de Educação Especial**. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 01 abr. 2024.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér.; PRIETO, Rosângela Gavioli.; ARANTES, Valéria Amorim. Orgs. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2003.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Inclusiva no Brasil**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> Acesso em: 03 fev 2024.